FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 13/12/2023 - 05:59

Críticos de prisões do 8/1 nunca defenderam presos, diz Moraes

Alexandre de Moraes

Quem critica prisões do 8/1 antes tinha bordões fascistas contra presos

Ministro do Supremo Tribunal Federal defende sua atuação contra denúncias de abuso de poder e diz que se guia pela Constituição

ENTREVISTA

Fabio Victor

Pedro Ladeira/Folhapress

Alexandre de Moraes, 55
Ministro do STF e presidente do TSE, é bacharel pela Faculdade de Direito da USP, onde concluiu doutorado em direito do Estado, e professor de direito na USP e no Mackenzie. Atuou em São Paulo como promotor, secretário de Justiça e Defesa da Cidadania e secretário da Segurança Pública. Foi indicado ao STF por Michel Temer (MDB) em 2017, quando era ministro da Justiça

BRASÍLIA As queixas e denúncias de abusos de poder vindas de presos e réus do 8 de janeiro e de seus parentes e advogados, bem como de parlamentares, são do jogo democrático, mas parte delas soa incoerente com o que sempre pregaram seus críticos, afirma Alexandre de Moraes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e atual presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

À **Folha**, Moraes defende sua atuação como relator das ações do 8/1 e diz que seu trabalho tem sido referendado pelo plenário do STF. "Isso é o maior motivo de satisfação, mostrando que a minha conduta vem sendo dentro dos parâmetros constitucionais."

Sobre as críticas, contra-ataca. "Enquanto não havia gente ligada a essas pessoas, elas tinham bordões, eu diria, fascistas em relação àqueles que cometiam crimes."

Moraes comentou os elogios que tem recebido de setores da esquerda dos quais no passado foi adversário. E defendeu a decisão do STF sobre responsabilização de veículos de imprensa por falas de entrevistados, mas admitiu que deverá haver mudanças.

*

Temos visto uma ofensiva de parentes e advogados de presos e réus do 8/1 contra o sr. e o STF. Queixam-se de penas elevadas, denunciam abusos, concentração de poder. Há casos de réus com pedido de liberdade provisória deferido pela PGR mas que continuavam presos, como o do homem que morreu na Papuda e virou como um mártir desses grupos. Em outros, houve erros, o sr. acabou voltando atrás. Como tem recebido essas críticas? Eu recebo críticas com toda tranquilidade. As críticas construtivas serão analisadas, as críticas destrutivas serão ignoradas. Lamentavelmente hoje, pelas redes sociais, nós temos 99,99% de críticas destrutivas, agressões pessoais, ameaças. E as pessoas têm que entender que quem cometeu um crime, não é porque é de classe média que não vai ser processado, condenado ou preso. Essas pessoas que hoje criticam o sistema penitenciário —e têm razão em criticar, o sistema penitenciário precisa evoluir— nunca se preocuparam com os 700 mil presos brasileiros.

Enquanto não havia gente ligada a essas pessoas, principalmente uma classe média do interior dos vários estados, elas tinham bordões, eu diria, fascistas em relação àqueles que cometiam crimes. Nunca defenderam o que elas têm agora no Supremo, devido processo legal, direito a advogado, a um julgamento por 11 ministros, não sou eu que julgo sozinho. Todas as minhas decisões são levadas a referendo do Supremo Tribunal Federal. Uma condenação só existe se houver maioria no STF. Esses que foram condenados foram condenados por ampla maioria no STF.

As penas são elevadas porque os crimes foram gravíssimos, não foi um único crime, são cinco crimes. Quando você soma a pena desses cinco crimes, obviamente é elevada. As penas poderiam chegar a mais de 40 anos, quase 50 anos se fossem as penas máximas. As maiores até agora foram 17. Só que, e isso é muito importante salientar, por uma previsão da legislação brasileira, as pessoas só vão poder, nesses casos, ficar presas em regime fechado um sexto da pena. Ou seja, não chega a três anos, dois anos e oito meses. Vários já estão presos há quase um ano.

Então, em que pese toda essa gravidade da prática de um crime que tentou abolir a democracia, que tentou abolir os Poderes —queriam um golpe militar com a volta do AI-5, com a volta de tortura, com a volta de se cassar politicamente adversários—, essas pessoas ficaram presas mais um ano e meio, um ano e quatro meses, onde poderão progredir. Ou seja, o Supremo aplica a legislação que o Congresso Nacional aprovou. E aprovou em substituição à Lei de Segurança Nacional. Ou seja, é uma lei de defesa da democracia.

Como vê a volta às ruas de partidários do ex-presidente Bolsonaro, em atos em que o sr. é o principal alvo? Manifestações críticas, mesmo que sejam críticas ácidas, são parte da democracia, não há nenhum problema. O que não faz parte da democracia é a agressão, são injúrias, calúnias, ameaças.

O sr. faz algum mea culpa, assume algum erro nessa atuação? Teria feito algo diferente? Eu deixo para os meus amigos e inimigos apontarem meus erros, eu sigo trabalhando. É importante colocar —e as pessoas às vezes, com razão, não têm essa noção— que eu tenho ao mesmo tempo a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, o meu gabinete no Supremo Tribunal Federal e uma vara criminal [ações do 8/1]. Eu tenho uma vara criminal hoje com quase 2.000 ações. Eu diria que poucas varas criminais no país têm tanto volume. E o gabinete vem trabalhando com celeridade, referendado pelo plenário do Supremo. Isso é o maior motivo de satisfação, mostrando que a minha conduta vem sendo dentro dos parâmetros constitucionais.

Que tipo de alteração pode haver na decisão de responsabilizar veículos de imprensa por declarações de entrevistados? Essa decisão pode afetar também as big techs? A decisão se aplica a todo tipo de veiculação. Principalmente na Justiça Eleitoral, onde nós já definimos, desde 2021, que a utilização das redes sociais, das big techs, equivale a meios de comunicação para fins da Justiça Eleitoral. Eu não vejo nada diferente na repercussão geral aprovada do que já se aplica.

Na verdade, houve uma interpretação errônea por vários meios de comunicação, alguns dizendo até, de forma absurda, que se essa repercussão geral estivesse valendo, não poderia ter tido a entrevista do Pedro Collor ou a entrevista do Roberto Jefferson. Com todo o respeito, não leram o que foi aprovado.

A Constituição estabelece um binômio de liberdade com responsabilidade. Ela veda a censura prévia de forma absoluta. Agora, se você ofende alguém, se você calunia, se você destrói a vida de alguém —como no caso da Escola Base de São Paulo—, você pode ser responsabilizado. Isso já existe.

Agora, a entrevista de alguém, só se o meio jornalístico sabe que é falso.

+ LULA CHAMA GOVERNADORES PARA ATO DO 8/1

O presidente Lula disse nesta terça (12) que irá convidar todos os governadores para evento em Brasília na data em que os atos golpistas de 8 de janeiro completam um ano. Lula anunciou o plano durante cerimônia com governadores no Planalto. Sem detalhar a programação do ato em janeiro de 2024, o petista afirmou que a ideia é relembrar a data em que, segundo ele, uma tentativa de golpe de Estado foi "debelada pela democracia". "Eu pretendo ter todos os governadores aqui, deputados, senadores, empresários. Para a gente nunca mais deixar as pessoas colocarem dúvida que o regime democrático é a única coisa que dá a certeza de as instituições funcionarem e o povo ter acesso à riqueza que produz", disse Lula.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.